

VIDA EM MUTIRÃO: uma etnografia sobre ações coletivas e formas possíveis de habitar a comunidade Alegria em Timbiras, Maranhão.

Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024);

Silmara Moraes dos Santos
Universidade Federal do Piauí- UFPI

Palavras-chave: Processos de resistência; Habitabilidade; Organização coletiva

Este artigo pretende investigar, de maneira inicial, a partir da etnografia, possíveis caminhos para pensar possibilidades de re-habitar o mundo dentro da proposição cosmopolítica de povos e comunidades tradicionais. Ambientar futuros a partir de um esperar, pautado na interdependência entre humanos (não humanos) e a natureza, apresenta-se como um grande desafio diante da economia capitalista que tem produzido um conjunto de graves alterações climáticas ao planeta, se desdobrando no aumento das desigualdades, escassez e inúmeros impactos à vida, principalmente das populações ditas subalternas. Este artigo parte das ações coletivas, sob a ótica das mulheres da comunidade Alegria (território Campestre), localizada na região dos Cocais, no município de Timbiras, Maranhão (distante 284 km da capital São Luís). Visa, ainda, narrar as experiências de afetação vividas por mim durante as etapas do mutirão – mobilizações coletivas para reflorestamento em áreas altamente desmatadas – da construção do SAF (Sistema Agroflorestal). As fazendas e empreendimentos em curso sobre as 22 comunidades que compõem o território onde vivem cerca de 360 famílias e que compreende uma área de 17.000 hectares são marcadas por um contexto de violências socioambientais desencadeadas pelas fronteiras agroextrativistas que avançam sobre essas terras, impondo novas práticas, derrubando matas, envenenando rios e promovendo um verdadeiro estado de guerra. Os mutirões de reflorestamento na comunidade Alegria apresentam-se como lócus interessante para análise das técnicas corporais utilizadas durante o trabalho, sobretudo braçais. A partir das vivências em campo e de formulações teórico-metodológicas foi possível compreender que as mulheres, em especial, reivindicam e constroem uma forma de habitar o território contrastante com os fazendeiros e empresas com quem disputam a terra, na tentativa de pensar outras relações de cuidado e interdependência entre humanos (não-humanos?) e a natureza.

INTRODUÇÃO

O sistema de exploração colonial pautada nos grandes latifúndios (*plantations*), na destruição da sociobiodiversidade, ocasionando formas específicas de organizar, gerir e controlar a natureza, provocando relações historicamente construídas ao longo da expansão das fronteiras produtivas de exploração que se ancoraram principalmente em processos de dominação racial, de gênero, geração e demais opressões sociais. Neste sentido, a globalização e o crescimento das políticas neoliberais nas periferias globais intensificam a demanda por novos territórios e recursos naturais que supram esse modelo econômico, resultando em significativos impactos sobre os ecossistemas e a vida das populações vulnerabilizadas (Porto et al, 2014). A crise atual em que vivemos, pautada

em política de dominação em que a crença numa noção de superior e inferior, e a sua ideologia concomitante — de que o superior deve governar sobre o inferior — afeta as vidas de todas as pessoas em todos os lugares (Hooks, 2018). Sobre esses novos desafios impostos sobretudo aos territórios onde vivem as populações tradicionais, tidas como zonas de sacrifício¹, impõem que as mesmas construam uma maior organização e criem alternativas que mitiguem esses impactos no sentido de pensar coletivamente ações concretas no que diz respeito ao bem-estar e à sobrevivência das populações que existem e resistem nesses lugares.

De acordo com Hooks (2018, p. 167), a sistemática desumanização, a fome mundial, a devastação ecológica, a contaminação industrial e a possibilidade de destruição nuclear são realidades que nos lembram diariamente que estamos em crise. Essa nova ordem global de destruição demarca que povoar a terra com outras possibilidades de existência e convivência podem ser possíveis. Neste sentido, o artigo em tela pretende, a partir de uma vivência em campo, investigar como os mutirões realizados na comunidade Alegria se apresentam como uma das estratégias de resistência frente aos processos de destruição ocasionados pelo avanço do latifúndio.

O território Campestre, localizado na região dos Cocais, município de Timbiras - Maranhão, distante 284 km da capital São Luís, possui 22 comunidades (Abondanca, Alegria, Axixá, Campestre, Canafistola, Canto do Lázaro, Cantinho do Céu, Capoeira, Centro dos Valérios, Cercado, Chapada do Oiteiro, Coruja, Frangalho, Jabuti, Macaquinhos, Manoel dos Santos, Marmorana, Morada Nova, Oiteiro, Parazim, Santa Vitória, Serafim, Socó) compreendendo uma área de 17.000 hectares, onde residem 360 famílias, que vivem do extrativismo do coco babaçu, da criação de pequenos animais como galinha, patos, porco, da pesca, cultivo de roças de feijão, milho, arroz, batata e mandioca, dos quintais agroflorestais e hortas agroecológicas. Desde a década de 1970, este território vivencia violência do latifúndio mediante de expulsão de famílias, motivados pelo voto de cabresto, cobrança do foro, proibição de realizarem plantios permanentes, criação solta de gado, destruindo raças, causando imensos prejuízos à

¹ A expressão “zonas de sacrifício” é utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que se observa uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Ela tende a ser aplicada a áreas de moradia de populações de baixa renda, onde o valor da terra relativamente mais baixo e o menor acesso dos moradores aos processos decisórios favorece escolhas de localização que concentram, nestas áreas, instalações perigosas. Ver mais em https://www.faneesp.edu.br/site/documentos/desigualdade_ambiental_zonas_sacrificio.pdf.

soberania alimentar e aos direitos das famílias que se autoidentificam como comunidade tradicional.

Em 2001, o território foi retomado por camponeses e camponesas, que intensificaram a sua organização e luta por direitos e deram início ao processo de regularização fundiária junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Mas, recentemente, com a crise sanitária mundial ocasionada pelo Covid- 19 (SARS-CoV-2), o território passou a conviver com a intensificação de conflitos agrários, que aumentaram durante este período. Ademais, o território está localizado dentro da região do MATOPIBA², área de interesse da expansão de commodities. Atualmente, as comunidades se deparam com roubo de madeiras de lei, cercamento das terras e das águas, ameaças de morte, criminalização de lideranças, destruição de modos de vida, risco de redução de suas áreas e impedimento de se locomoverem dentro do território por jagunços armados. Esses impedimentos têm efeitos cada vez mais violentos sobre as dinâmicas cotidianas das mulheres, tais como: proibição de acesso às áreas para plantio de alimentos, aos locais onde estão as plantas e raízes medicinais e o acesso aos babaçuais, atividade econômica desenvolvida por elas. Essas proibições têm impactado diretamente a reprodução da vida e o adoecimento, principalmente das mulheres e de pessoas idosas.

Os mutirões³ e demais ações coletivas realizadas dentro do território como construções de casas, barracões, limpezas dos olhos d'água, construções de hortas comunitárias, sempre estiveram presentes na dinâmica e na resistência cotidiana das famílias do território, nos últimos anos, com o apoio de entidades de cooperação ligadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e com o acompanhamento sistemático da Comissão Pastoral da Terra – Regional Maranhão – algumas lideranças do território puderam participar de intercâmbios e oficinas, conhecendo experiências ligadas à

² A região delimitada no PDA Matopiba vem desde os anos 2000 se tornando uma área de interesse nacional e internacional. Considerada uma das últimas fronteiras agrícolas do mundo, sua delimitação oficial foi resultado de uma articulação e cooperação técnica entre o INCRA e a Embrapa, por meio do Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE). A regionalização foi oficializada por meio do Decreto Federal no 8.447/2015, que instituiu Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba. Ainda que o Decreto tenha sido revogado em 2016, as diretrizes nele contidas foram incorporadas no Projeto de Lei Complementar (PLP) no 279/2016, que propõe ainda a criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba. A área delimitada possui aproximadamente 73 milhões de hectares de Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Ver mais em “Legalizando o ilegal: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no Matopiba” estudo produzido pela Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais – AATR. Disponível em: <https://www.aatr.org.br/post/matopiba-estudo-sobre-institucionalizacao-da-grilagem-e-lancado>.

³ Mobilizações coletivas ocorridas de forma voluntária para execução de serviço que beneficie a comunidade no que tange ao reflorestamento em áreas sob forte pressão de desmatamento.

agroecologia e formações sobre o controle físico e administrativo do território, dentre eles: construção de protocolos de consulta e acordos comunitários.

A criação da Unidade Agroflorestal ou SAF⁴ foi uma das estratégias pensadas coletivamente para promover o reflorestamento e suscitar o envolvimento das demais pessoas para essas atividades coletivas. Para tanto, foi submetida uma proposta de apoio para REPAM- Brasil⁵, que por meio do projeto: “Mulheres Produzindo Partilha e Esperança” pode-se dar início aos trabalhos envolvendo a criação da Unidade Agroflorestal. O projeto tem como objetivo promover conhecimentos e a tradição comunitária, resgatar as sementes crioulas, recuperar a mata ciliar com o plantio intercalado de diversas árvores e plantas, utilizando tecnologias de baixo custo para as comunidades, fortalecer o espírito de mutirão na vida comunitária e também, continuar reconstruindo os ciclos de vida geracional que sustentam o território e se distanciando dos problemas do antropoceno, embora se reconheça a interferência danosa desses agentes que tentam destruí-lo.

Nas seções que seguem, abordarei sobre a minha inserção em campo, as técnicas corporais realizadas durante os mutirões, as experiências de afetação vivenciadas por mim e como as famílias do território têm construído suas resistências.

CONHECENDO CAMINHOS E ESTREITANDO LAÇOS

A minha relação com o território Campestre se deu inicialmente no ano de 2022, através da minha inserção como agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT) na assessoria do projeto⁶ intitulado: “Do banzo à sanção: enfrentando as dores pelo olhar das mulheres”, realizado de setembro de 2021 a outubro de 2022 e prorrogado até 2024.

As primeiras idas ao território, mas especificamente na comunidade Alegria, foram acompanhadas de Mayla Aguiar (psicóloga que assessora o projeto), Jaqueline

⁴ O Sistema Agroflorestal é um sistema integrado e diversificado que compreende o plantio consorciado de árvores nativas, frutíferas, espécie madeireiras, plantas medicinais entre outras, que visam reduzir a pressão sobre as florestas nativas, contribuindo para a conservação do solo, das águas, da biodiversidade e absorver o carbono da atmosfera.

⁵ A Rede Eclesial Pan-Amazônica – REPAM-Brasil é uma rede eclesial da Igreja Católica na Amazônia Legal, que tem por objetivo promover a vida, por meio do cuidado dos povos, territórios e ecossistemas amazônicos e do incremento da consciência da importância da Amazônia para toda a humanidade, por meio de uma atuação socioeclesial articulada em rede. Ver mais em: <https://repam.org.br>

⁶ O projeto tem como objetivo contribuir para a construção de espaços que promovam encontros interpessoais e comunitários, com o objetivo de valorizar as narrativas e saberes das participantes; o resgate da identidade; a confiança em si e no coletivo, contribuindo para uma leitura crítica dos problemas enfrentados nos territórios, visando a possibilidade de resolução a partir das competências locais e fortalecendo lideranças femininas na comunidade para a luta por direitos.

Vaz, Antônia Calixto e Brígida Rocha, ambas agentes da CPT para o desenvolvimento das atividades referentes ao projeto. A partir dos vínculos, estranhamentos e afetações (Favret-Saada, 2005) que fui tendo nas vivências das Rodas de Conversa chamadas de Espaço Seguro⁷, fui me envolvendo e me questionando sobre diversas questões, principalmente por uma frase dita por uma das mulheres presentes nessas Rodas. A frase: “A gente precisa chorar juntas” chamou minha atenção principalmente por perceber que há uma reivindicação por parte delas de terem espaços para poderem falar sobre suas dores (físicas e psicológicas). Havia ali um enorme desejo de se ouvirem. A escuta promovia um lugar de acolhimento de si e da outra, lugar de criar, amadurecer e de construir estratégias conjuntas para contrapor e resistir frente ao contexto de violações, dominações que elas e o território estão submetidos, bem como de resgatar o território das memórias de vida e de luta.

No artigo da escritora norte-americana Bell Hooks (2018), *Feminismo: uma política transformacional*, reflete que seria uma grande contribuição para o movimento feminista se o mesmo pudesse ser partilhado novamente em contextos de pequenos grupos, integrando a análise crítica com a discussão da experiência pessoal. Em que esses grupos pudessem promover uma educação para a consciência crítica, em que mulheres e homens se reunissem em suas comunidades para discutir preocupações feministas. A autora reforça ainda que:

O feminismo, como luta de libertação, deve existir à parte e como parte de uma luta maior para erradicar a dominação em todas as suas formas. Devemos entender que a dominação patriarcal partilha uma base ideológica com o racismo e outras formas de opressão grupal, que não há esperança de que possa ser erradicada enquanto esses sistemas permanecerem intactos. (Hooks, 2018, p. 171).

Embora algumas mulheres do território não falem sobre suas lutas a partir da chave do feminismo, compreendem que a sua organização enquanto mulher é necessária para que, ao passo que ocupem os espaços de decisões, como o barracão da comunidade, principal lugar de decisões políticas, tem sido uma das estratégias para poderem reivindicar suas pautas, sobretudo de poderem falar como se sentem em relação às ameaças que sofrem. A reivindicação das suas demandas se dá não somente pelo direito individual, mas pelo direito coletivo. Nessas reuniões, em que estão presentes homens,

⁷ Ambiente construído no início das rodas de conversa, onde as mulheres constroem acordos de convivência e se comprometem a não propagar informações partilhadas durante o encontro, onde podem se expressar sem medo. É também um ambiente de apoio mútuo e de acolhimento.

jovens e crianças, é um espaço onde podem partilhar sobre como se sentem e como entendem a luta que mulheres estão fazendo em diversos lugares.

Para Hooks (2018), esses grupos constituem um lugar importante de educação para a consciência crítica por várias razões, tanto pelo aspecto da comunicação e do alargamento da teoria feminista, quanto pela forma compreensível que esse conhecimento é partilhado, feito principalmente pela conversação, onde os indivíduos não precisam ser igualmente letrados ou alfabetizados, pois no diálogo o que é necessário é uma expressão libertadora.

A partir da escuta e das vivências junto às mulheres, homens e crianças do território, as várias idas ao território e as diversas anotações que realizei sobre os encontros e as experiências observadas lá e em outros espaços geraram alguns materiais escritos, como: relatórios, atas, mapas do corpo-território e mesmo anotações em caderno de campo sobre as minhas percepções e algumas frases que uma ou outra mulher falava. Com essas anotações, comecei a pensar sobre a possibilidade de construir um projeto de pesquisa para o mestrado em Antropologia da Universidade Federal do Piauí, inicialmente centrado nos trabalhos da terapia comunitária desenvolvidos no território. Reforço ainda que o presente artigo não é uma extensão do meu projeto de mestrado, mas uma formulação teórico-metodológica a partir da vivência em campo, observação participante, nas conversas do cotidiano e das minhas experiências pessoais percebidas e sentidas no território.

CORPO E TÉCNICA, A VIDA VIVIDA EM MUTIRÃO

A partir do projeto “Mulheres Produzindo Partilha e Esperança” de apoio da REPAM-Brasil, algumas famílias do território Campestre organizaram um cronograma de atividades para as etapas de construção da Unidade Agroflorestal, pensada para ser realizada em um açude localizado na comunidade Alegria. Importante que se destaque, que a construção do SAF, é uma continuidade, ou mais um momento em que a comunidade se reuni para realizar processos de reconstrução de formas de melhor viver no território, com os grandes desmatamentos, a cada ano a sensação de calor aumenta cada vez mais, como me relaram. Uma das coisas que me chamou atenção assim que estive pela primeira vez na comunidade é que as casas são margeadas por imensas árvores, avarandadas por uma infinidade de plantas e há toda uma ligação de respeito e cuidado com as matas próximas às áreas úmidas.

Desta forma, a organização das atividades do mutirão, pensadas previamente, respeitando os ciclos da terra, os limites das pessoas e as espécies que mais se adaptam a estarem na beira do açude.

A primeira etapa, ocorrida nos dias 27 e 28 de outubro de 2023, consistia na limpeza dos arredores do açude, desta forma, com o apoio de Ivanessa⁸, agrônoma convidada para assessorar a construção do Sistema Agroflorestal, deu-se início a limpeza por meio de roçadeiras para a retirada de parte do mato para dar lugar aos espaços onde as mudas frutíferas seriam plantadas.

A minha chegada à comunidade Alegria deu-se na manhã do dia 27. Eu havia saído bem cedo de Teresina com destino a Timbiras, porém não consegui chegar a tempo do início da atividade. Às 10:30 da manhã, horário da minha chegada na rodoviária de Timbiras, Raimundo Moreira, agente da CPT, me aguardava para me levar até a comunidade. Durante todo o caminho, fui buscando na memória como estavam anteriormente os locais que agora só conseguia ver extensas áreas desmatadas, ao passo que íamos chegando ao território, a paisagem dava lugar ao que chamamos, nessa região, de Floresta dos Cocais, uma infinidade de *mães-palmeiras* que reluziam o brilho esverdeado mesmo no período de estiagem. Ao adentrar no território, Raimundo ia apontando o início das comunidades que ficavam antes de chegar na Alegria, como a Mamorana, Abundância e a estrada que dá acesso à comunidade Frangalhos. Ao chegarmos na Alegria, nossa parada e repouso seriam na casa de Dijé, uma das lideranças da comunidade. Logo que desci do carro, Rambo e Sargento (cachorros da Dijé) nos acolheram alegremente, abanando seus rabos e cheirando freneticamente as sacolas que carregávamos. A casa da Dijé estava aparentemente vazia, à medida que fui entrando, me deparei com Luiza, que preparava a refeição no fogão à lenha. A mesma me acolheu com um longo abraço, informando que todos estavam para o açude. Quando estava me preparando para ir ao açude, avistei algumas pessoas retornando para a casa. Por conta do forte sol que fazia, Ivanessa avaliou que seria melhor retornar e dar continuidade à capina pela tarde, quando o “sol estivesse um pouco mais frio”.

O mutirão do SAF foi planejado para acontecer em três etapas (das quais pude participar de duas). A primeira, ocorrida no dia 27 e 28, consistia em capina, retirada de

⁸ Ivanessa Ramos Mariano é Bacharel em Agronomia com ênfase em Agroecologia pelo Instituto Federal do Maranhão, é Agente Popular em Agroecologia pelo IPER - Instituto Padre Ezequiel Ramin com sede no Paraná.

parte do mato com roçadeira, preparação do adubo e o plantio das mudas com sementes de açaí. A orientação para após o almoço seria a preparação do adubo e plantio das mudas.

Como agente pastoral que estava acompanhando o processo de construção do SAF, me foi atribuída a tarefa de realizar os registros imagéticos e anotações sobre as etapas executadas durante o mutirão. Embora soubesse que estaria nessa função, dediquei-me tanto a observar o que estava acontecendo ao meu redor, mas também participar das tarefas que fossem possíveis, compreendendo que isso me aproximaria ainda mais das minhas e dos meus interlocutores. Antes de me posicionar para acompanhar a execução das atividades, tentei organizar na minha mente o que daquele momento precisaria observar e como deveria observar (Laplantine, 2004). Aguçando meus sentidos para poder apreender o máximo de informações possíveis relacionadas àquela cultura. Apesar de saber mais ou menos o que poderia acontecer, mesmo assim, mantive-me atenta às ações que aquela situação me permitiria compreender. De acordo com Laplantine (2004, p. 14):

O ato de ver, informado pelos modelos (e até pelos modos) culturais, está estreitamente ligado ao de prever, e o conhecimento muitas vezes, nessas condições, não vai além de um conhecimento do que já sabíamos. Ver é, na maioria das vezes, por memorização e antecipação, desejar encontrar o que esperamos e não o que ignoramos ou tememos, a tal ponto que pode acontecer-nos de não acreditar naquilo que vimos (ou seja, não ver) se tal não corresponde a nossa espera.

As idas anteriores ao território tinham sido para mim uma espécie de treino, não somente para ver os acontecimentos à minha frente e tentar interpretá-los, e tampouco apenas receber imagens, mas guardar de novo aquilo que foi visto, como descreve Laplantine (2004).

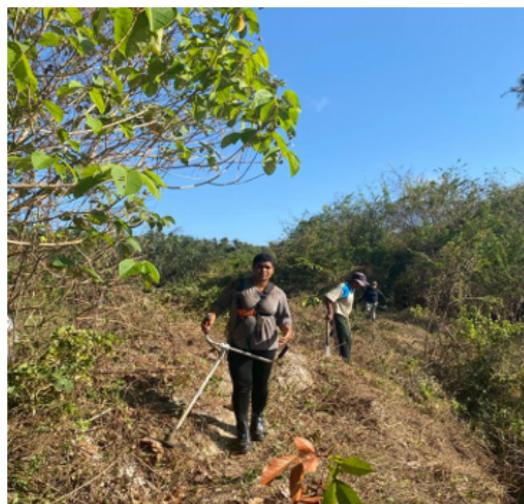
As definições que haviam sido combinadas antes do almoço seriam que as mulheres iriam retirar e preparar a terra para adubação, os homens a peneirariam e as crianças ficariam encarregadas de colocar as sementes nos sacos. O momento de divisão das tarefas me chamou bastante atenção, pois foram levadas em consideração a divisão sexual e etária para a execução de algumas atividades. Lembro de ter perguntado a Dijé, o porquê de ela ter sugerido essa divisão, ela me disse que ela e a Maria José conheciam melhor a terra de onde poderiam tirar o adubo, mas o processo de carregar e peneirar a terra até o local onde ia ser feito as mudas seria feita pelos homens, pois exigia um pouco mais de força. Percebi que havia toda uma técnica envolvida na preparação do adubo, que

ia desde a retirada da terra, das folhas e da separação de materiais como plástico, papel e espinhos.

Figura 1. Mulheres preparando a terra.



Figura 2. Ivanessa roça o mato.



Fonte: A autora.

As divisões dos trabalhos realizados por eles encontram forte ressonância nas reflexões presentes na obra de Marcel Mauss, “As técnicas do corpo”, nos permitindo compreender que nas diversas sociedades os indivíduos sabem servir de seus corpos, sendo ele o primeiro e mais natural instrumento do homem (Mauss, 2003). Desta forma, as ações realizadas pelo e a partir do corpo nas atividades que envolvem as etapas do mutirão compreendem-se como atividades realizadas a partir de técnicas do corpo, em que os indivíduos desempenham funções atribuídas conforme algumas classificações.

Nas análises propostas por Mauss (2003), os princípios de classificação das noções e técnicas do corpo possuem como principal divisão o sexo e a idade. Durante o mutirão realizado na Alegria, percebeu-se que foi atribuído às crianças a tarefa de colocar as sementes de açaí para a confecção das mudas. Tarefa que exige sobretudo estar em uma posição de agachamento. Segundo Mauss (2003, p. 409), há variações das técnicas do corpo conforme as idades: “A criança se agacha normalmente. Nós não sabemos mais nos agachar. Considero isso um absurdo e uma inferioridade de nossas raças, civilizações, sociedades”.

Figura 3 - Divisão das atividades por faixa etária.



Figura 4- Divisão das atividades por sexo.



Fonte: A autora

Embora ser perceptível que as crianças conseguiriam aprender as técnicas para o plantio das sementes de açaí, e conseguiriam ficar por mais tempo na posição de agachamento, o tempo para dedicação dessa tarefa deveria ser aproveitada para outros trabalhos que ainda deveriam ser realizados naquela tarde, como: dar início à capina do mato que fica às margens da roça coletiva que se localizavam em outra área. Seria neste local em que as mudas ficariam armazenadas para que fossem molhadas diariamente. Desta forma, organizou-se uma roda onde várias pessoas se dividiam, aonde uns iam colocando a terra nos sacos, outros plantavam as sementes enquanto uma pessoa ia molhando as mudas para, em seguida, serem transportadas. Após a finalização da produção das mudas, seguimos até o local da roça, onde se deu início à capina com a roçadeira.

A comunidade, uma semana antes do mutirão, realizou uma *vaquinha* para contratar um rapaz para ajudar com a roçadeira. Ele possuía excelente habilidade com o equipamento. Ivanessa também tinha levado a sua roçadeira e pôde-se perceber a agilidade e destreza com que o trabalho estava sendo feito. A inclinação dos braços, os movimentos feitos de cima para baixo, a distância em que ela conduzia a máquina à sua cintura, demonstravam que possuía uma enorme técnica para manusear o equipamento. Antes que o sol pudesse se pôr e a hora definida para finalização dos trabalhos do dia chegasse, quase todo o trabalho de limpeza tinha sido realizado. Para Mauss (2003, p. 410):

As técnicas do corpo podem se classificar em função de seu rendimento, dos resultados de um adestramento. O adestramento, como a montagem de uma máquina, é a busca, a aquisição de um rendimento. Aqui, é um rendimento

humano. Essas técnicas são portanto as normas humanas do adestramento humano.

No caminho de retorno para casa de Dijé, conversei um pouco com Ivanessa sobre a admiração que tinha pelo seu trabalho e quis saber como ela aprendeu a realizá-lo, inclusive os braçais. Ela me informou que precisou adquirir alguns equipamentos ao longo dos anos, como a roçadeira, para auxiliar nos trabalhos no sítio da sua família. Como seus pais estavam ficando idosos e eles não dispunham de funcionários, ela teve que aprender desde muito cedo a fazer muita coisa de forma manual, inclusive trabalhos pesados. Percebe-se que as crianças, desde muito cedo, aprendem técnicas aplicadas pelos pais, tal qual um adestramento (Mauss, 2003).

Nas etapas que seguiram à continuidade do mutirão, foi possível perceber a importância que o trabalho comunitário tem despertado na vida das pessoas da comunidade Alegria. Através da minha participação nessas atividades, pude perceber que as violações causadas pelos fazendeiros que disputam o território possuem uma enorme distinção na forma do uso e da relação que eles têm com o lugar.

BANHADOS, CUIDADOS E AFETOS

A segunda etapa do Mutirão do SAF ocorreu nos dias 03 e 04 de dezembro de 2023. Como das outras vezes, ficamos hospedadas na casa de Dijé, onde previamente havia sido definida como a etapa na qual iria ser realizado o plantio das mudas. Antes de irmos até o açude, foi realizado uma breve conversa para organização dos trabalhos, onde foi definido que ainda deveria ser realizado uma intensa limpeza nas margens do açude, assim como esperar as mudas de açaí crescer um pouco mais para, em outro momento, serem plantadas nas margens do açude. Ismael, atual presidente da associação do território, demonstrou chateação pelo fato de terem poucas pessoas na atividade, mas precisamente éramos 10 pessoas, e havia muito serviço a ser realizado. Um desses serviços era fazer a retirada dos matos que não puderam ser retirados com a roçadeira.

Durante a execução dos trabalhos, aproveitei para pedir autorização para fazer algumas perguntas enquanto gravava. Uma das perguntas dizia respeito ao SAF, e Ivanessa foi explicando o que estava sendo realizado durante os mutirões:

Aqui está sendo organizado o plantio de uma agrofloresta, plantio consorciado de árvores nativas, árvores frutíferas, espécie madeireiras, espécie medicinais. Estamos aqui hoje realizando esse mutirão de limpeza na beira do açude, deixando algumas plantas que já estão aqui, e que são da região, tem pé de angelim, tem o pé de murici brabo, tem os pés de ingá, os pés de São Manel. É importante que a gente faça essa preservação justamente para o conforto e equilíbrio da natureza, a questão das chuvas, a reciclagem de nutrientes para

fortalecimento do solo. [Entrevista concedida por Ivanessa Ramos, em 02 de dezembro de 2023].

Os trabalhos, embora exigissem esforço, eram realizados com muito entusiasmo e animação. Sempre que iam para os mutirões, era comum levarem uma garrafa de *amargosa*, frutas como banana, laranja e mangas que iam sendo catadas nas mangueiras pelo caminho. Percebi que os galhos e outros resíduos que ficavam presos na água eram retirados sobretudo pelas mulheres, que emergiam até o fundo do açude para desprender os cipós que insistiam em ficar grudados.

Era nítida a satisfação nos olhos de cada um presente ali, a cada nova comparação do estado em que o açude estava ficando, com o que estava no início da limpeza, dava novo ânimo para continuar os trabalhos. Em conversa com Maria José, uma das presentes no mutirão, me relatou sobre a importância desses momentos para o fortalecimento dos laços entre eles e para a troca de conhecimento, segundo ela:

“Esses momentos nos traz muito conhecimento, tanto das pessoas daqui, como dos de fora, como é o caso da Ivanessa, eu me sinto muito bem, pois é muito bom quando estamos reunidos com os companheiros aqui da comunidade, cada vez que a gente tá junto a gente aprende mais, e nesse momento aqui, fazendo coisas que causam melhorias para o nosso território, pra que a gente possa viver melhor, pra mim é muito importante, pois me anima a continuar fazendo esses trabalhos em prol de todos nós”. [Entrevista concedida por Maria José Santos em 03 de dezembro de 2023].

O relato de Maria José nos apresenta que a limpeza do açude tinha uma importância muito maior do que apenas cumprir uma etapa para a construção da agrofloresta, mais reforçar as alianças com as pessoas e demais elementos que habitam as paisagens do lugar, garantindo a coletivização da vida e a esperança por “viver mais um dia”.

Outro elemento importante percebido durante o mutirão, era a empolgação para poder conseguir recuperar mais um lugar de águas, esses lugares representam espaços em que o ciclo do cuidado acontece, pois, ao passo que cuidam delas, esse mesmo cuidado se volta em forma de alimento, de bem-estar e de acolhimento.

As águas presentes no território Campestre têm sido percebidas por mim como um dos elementos que possuem forte apelo na defesa desse território de vida. As nascentes, bem como as palmeiras de babaçu, são locais onde é perceptível a relação em que o habitar das mulheres é nutrido pela força que corre das nascentes a caminho do rio, que alimenta o corpo, gerando vida e conforto para a alma.

Ainda à beira do açude, observando-as adentrar nas águas do açude, e elas próprias transformando-se em águas na minha frente, me fez lembrar dos inúmeros contrastes das

formas de ver e usufruir dos bens do território, incluindo as madeiras, tão cobiçadas pelos madeireiros que atuam ilegalmente na região. Desta forma, perguntei a Dijé o que este território representava para ela.

A gente enxerga esse território para nós como sobrevivências, como a nossa vida, porque eu sei que sem esse território não vamos sobreviver, porque daqui a gente produz tudo o que a gente se interessa de produzir, fora o que a gente já tem da natureza, que nos dá, essa terra nossa aqui é rica, você pode sair sem levar nenhuma água, na floresta aqui você vai na mata e você encontra olho d' água, a coisa mais linda do mundo, uma riqueza, e esses fazendeiros estão com o olho na única matazinha que nós temos, para destruir, eles querem é acabar com tudo, com a palmeira que é uma riqueza, a palmeira é nossa mãe, eles derrubam tudo, e querem plantar capim pra criar gado, isso é uma tristeza muito nossa, a gente fica triste demais, já imaginou se a gente perder esse território? [Entrevista concedida por Maria de Jesus Carvalho (Dijé) em 03 de dezembro de 2023].

A fala de Dijé carregada de emoção me fez perceber que, ao me fazer presente nas suas dinâmicas de vida, estava assumindo o risco irremediável das afetações. Para Fravet-Saad (2005), à medida que aceito estar na posição de ser afetado, essa própria condição pode favorecer uma melhor relação com os meus interlocutores. No livro *Subjetividade e Sociedade*, o antropólogo Gilberto Velho (1986), através de relatos de histórias de vidas de alguns interlocutores entrevistados por ele, em que, na referida obra, durante as entrevistas, ele não relutou para domesticar as suas emoções, porém esforçou-se para trazer ao leitor o máximo de clareza à sua exposição. Dando continuidade à conversa que tive com Dijé, ela complementa:

Esse território é tudo pra gente, para nossos companheiros, pra todos nós, os que são nascido e os que são criados, todos os que chegaram depois, aqui é uma riqueza, nós temos aqui nesse pedaço de chão uma riqueza que nós estamos tentando defender com unhas e dentes e estamos sendo perseguidos demais, pelos madeireiros, aqui nós temos toda a madeira de lei, nós temos candeia, ipê, maçaranduba, angico, todas madeiras de lei, mas o foco mais é a candeia, e é o desespero desse povo, pra tirar e acabar com tudo, e nós estamos aqui tentando defender, porque esse território pra nós é tudo, é a nossa vida. [Entrevista concedida por Maria de Jesus Carvalho (Dijé) em 03 de dezembro de 2023].

Os esforços empreendidos durante os mutirões nos levam a compreender que diante das inúmeras violações que passa o território, resistir cotidianamente a partir de estratégias coletivas, como as ações de reflorestamento, contribui para recuperar o modo de vida tradicional e manter ainda mais a relação de cumplicidade e de interdependência com os habitantes não humanos do mundo (Descola, 2016). Além de reativar práticas ancestrais que estiveram presentes nas suas vidas, como relatou Ivanessa:

A agrofloresta é uma prática milenar para os povos e comunidades tradicionais que sempre viveram respeitando e observando os sinais da natureza, seu processo de cooperação sempre estimulou povos no plantar, no colher, nas

trocas de vivências, mas também os trabalhos de mutirões para que esses vínculos ficassem cada vez mais presentes, sempre costume dos povos o plantio, o manejo e a colheita sempre foram um momento festivo, é também base da soberania alimentar do bem viver, de toda vida que importa sem separar nada, essa sabedoria do momento de plantar baseado nas fases da lua e nas indicações da natureza. Resgatar as plantas medicinais o uso das sementes caboclas, símbolo de resistência que os povos continuam a aplicar para manter essa relação de pertencimento com a terra e com o território. [Entrevista concedida por Ivanessa Ramos em 03 de dezembro de 2023].

Nota-se nas falas das interlocutoras que há pelo menos dois modelos distintos de relacionar-se com a natureza. Na fala de Dijé, percebe-se como fazendeiros e madeireiros veem os recursos presentes no território. Para Descola (2016, p. 23), “a exploração desenfreada de uma natureza composta, a partir de então, de objetos sem ligação com os humanos: plantas, animais, terras, águas e rochas convertidos em meros recursos que podemos usar e dos quais podemos tirar proveito”. A falta de vínculo, de uma não relação com a natureza, acaba por colocá-la como passiva e sujeita à dominação. Os mutirões na comunidade Alegria, neste sentido, nos levam a pensar que outras formas insurgentes, criativas e diversas de se relacionar com a natureza existem, abrindo diálogos para outros saberes e ontologias advindas das comunidades tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências e a práxis Zapatista nos apresentam que “outro mundo é possível”, pois outras formas de mundo já existem. Mundos esses onde os territórios são férteis de imaginação, realidades são sonhadas e se pode maravilhar pelo que ainda está por vir.

As ideias iniciais empreendidas neste artigo pretenderam, antes de tudo, conhecer e compreender como, apesar de tantos abalos morais, emocionais e físicos que ameaçam sucumbir as possibilidades do viver nessas paisagens, ainda são possíveis as alianças e a continuidade das formas de esperar a vida na terra, pensando e recuperando possibilidades viáveis de habitar territórios, diariamente postos em ruínas. Neste sentido, o artigo visou construir um caminho de apreensão das singularidades existentes no território Campestre, sobretudo na comunidade Alegria, buscando observar, a partir das práticas sociais das minhas e dos meus interlocutores, suas relações de afeto, cuidado e como habitam e defendem esse lugar margeado por águas. É quase impossível não dizer que existe um enorme encantamento que me envolve e que me provoca a cada vez mais colocar meu corpo em campo, assim como emergir em leituras que qualifiquem e deem

sentido aquilo que desejo, mas acima de tudo compreender o que os próprios sujeitos da minha pesquisa interpretam.

Durante a escrita desse artigo, por várias vezes me lembrei de uma canção entoada durante os mutirões, trata-se de uma canção composta por Zé Vicente, chamada “Ofertório das comunidades”, em um trecho dela diz: “Neste pão te oferecemos os mutirões que fazemos, a partilha e a produção”, os mutirões me parecem que, além de uma forma de resistência cotidiana (Scott, 2002), trata-se de uma cultura pautada na partilha, que brota do chão e alimenta a vida. Percebo que nada disso tem se apresentado a mim de maneira racional, mas fruto de uma sensibilidade que esse lugar tem provocado em mim.

REFERÊNCIAS

- AATR. Legalizando o ilegal: legislação fundiária e ambiental e a expansão da fronteira agrícola no Matopiba”. Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais. 2020.
- BAPTISTA, M. M. (Org.), **Gênero e Performance: Textos Essenciais 1.** (Belmira Coutinho, trad.) In HOOKS, Bell (1989), **Feminismo: uma política transformacional** (167-178). Coimbra: Grácio Editor.
- DESCOLA, Philippe. **Outras naturezas, outras culturas.** São Paulo: Editora 34, 2016.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n.13, p. 155-161, 2005.
- HOOKS, bell. (1989). “Feminism: a transformational politic”. In: **Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black.** Cambridge: South End Press, pp.19-27.
- LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica.** São Paulo: Terceira Margem, 2004.
- MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: MAUSS, M. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: Cosac Naify, p.47-181, 2003.
- PORTO M. F. S. et al. **Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico.** Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro 2014.
- SCOTT, James C. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, v. 21, n. 01, p. 10-31, jan./jun. 2002.
- VELHO, Gilberto. **Subjetividade e Sociedade: uma experiência de geração.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.